

sadora, os discursos são separados por temporalidades diferentes. No tempo de Tomoko há uma relação genealógica e os ancestrais são nomeados. No tempo dos Taimiwer os antepassados são genéricos e as situações não são localizadas historicamente. São atemporais.

A autora apresenta uma coletânea de narrativas, que é o objeto principal, *Mairi – a Fortaleza revisitada*, refere-se ao ponto zero da história do contato, quando a humanidade foi recriada pelo herói Ianejar, dividida entre índios e não-índios, já em posição de confronto. O segundo, *etnogênese*, aborda a composição étnica do grupo e as diferentes modalidades de relacionamento interétnicos posteriores.

Nas primeiras narrativas estão presentes elementos tradicionais da cultura Waiãpi: a pele, o caxiri, o vermelho.

E também elementos modernos que passam a ser significativos para esta cultura, como a escrita, por exemplo. Além de situações e interlocutores que dão a referência do contato e do confronto interétnico, tais como prisão, garimpeiros, brasileiros, franceses, negros, FUNAI.

Na segunda seqüência de narrativas a ênfase está na composição étnica e nos embates entre índios e brancos. Para tanto, articulam diferentes temporalidades e diferentes modos de pensar a descendência, que pode ter origem mítica ou genealógica, não importa. O que importa é a reintegração simbólica da sua totalidade étnica, recompor uma unidade perdida no contato, para o seu fortalecimento frente aos brancos.

O que Gallois demonstra neste trabalho é a interdependência entre mito e história. As narrativas mítico-históricas fornecem material para a reelaboração de

argumentos, a serem utilizados politicamente nas relações com os brancos. Ao mesmo tempo os eventos históricos são selecionados, organizados e interpretados a partir das experiências e exigências do presente, enquanto que as narrativas míticas sofrem certa dissolução, restando pouco espaço à cosmologia.

Desta forma, a pesquisadora detecta as transformações operadas nas narrativas ao longo de duas décadas, a manipulação dos conceitos de temporalidade e das modalidades discursivas, orientadas pelas mudanças na percepção das relações interétnicas; mudanças estas que operam também sobre a auto-imagem Waiãpi, permanentemente reelaborada numa comunicação com as representações sobre o contato. Antes os Waiãpi tinham medo dos brancos, hoje eles têm consciência da espoliação que sofrem e da necessidade de enfrentá-la.

Se as conclusões da autora nos surpreendem e nos deixam com sentimentos de perda e temor por uma certa “razão instrumental” dos Waiãpi, o seu ensinamento maior está na constatação de que as sociedades indígenas constroem a sua própria história.

TRANSIÇÃO CAPITALISTA E CLASSÉ DOMINANTE NO NORDESTE

de Ronald H. Chilcote

Transição capitalista

e classe dominante no Nordeste

Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira,
São Paulo, EDUSP, 1991. 368 p.

POR MÔNICA DIAS MARTINS

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC

Estudioso apaixonado pelo Nordeste, Ronald H. Chilcote, da Universidade da Califórnia (UCLA), esteve por diversas vezes como professor visitante na Universidade Federal do Ceará (UFC), proporcionando nessas ocasiões, àqueles que foram seus alunos, uma convivência intelectual instigante. É com alegria que vemos seu ensaio “Família e classe dominante em duas comunidades sertanejas do Nordeste brasileiro”, por nós traduzido e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1988, transformar-se no livro que ora comentamos.

A tarefa não é fácil, se considerarmos a extensão do estudo (368 páginas) e a densidade das informações, fruto de um intenso trabalho de levantamento de dados estatísticos, leitura de documentos e de pesquisa de campo, nas cidades de Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), ao longo de vários anos, e com maior intensidade em dois momentos distintos da vida política nacional: primeiramente, nos anos de 1969 e 1971, e depois em 1982 e 1983.

A presente obra do professor Chilcote, que tem como tema central a análise das “estruturas de poder local e sua relação com o desenvolvimento/subdesenvol-

vimento”, é complexa e minuciosa, como mostra a estrutura dos doze capítulos que compõem o livro, a saber: (1) O pano de fundo; (2) A estrutura de poder e a classe dominante; (3) Juazeiro: coesão e sectarismo; (4) Petrolina: patriarcado e dominação Familiar; (5) Classe dominante e forma de governo; (6) Classe dominante e economia; (7) As classes dominantes e a vida social; (8) Ideologia; (9) Desenvolvimento e subdesenvolvimento; (10) Participação, mobilização e conflito; (11) O desafio Político à hegemonia tradicional; (12) A intervenção do Estado e as perspectivas da acumulação capitalista.

Inicialmente o livro descreve, de forma sucinta, os principais traços da sociedade colonial do sertão do Médio São Francisco e seus personagens: o vaqueiro, o cangaceiro e o coronel, revelando ao leitor, logo nas primeiras páginas, que seu interesse pela região foi despertado pela leitura da obra clássica de Euclides da Cunha, *Os sertões*. É este o “pano de fundo” para o estudo das tradições e das mudanças em curso na vida político-econômica das duas comunidades pesquisadas.

A tarefa seguinte é uma breve revisão bibliográfica da literatura existente sobre estrutura de poder, destacando os vários enfoques teóricos sobre liderança e detendo-se na concepção de classe dominante, na definição de Marx. Aliando a abordagem teórica à pesquisa empírica, fruto da combinação de vários métodos de estudo de comunidade, o autor identifica as principais famílias detentoras de poder em cada cidade e – por meio de informações obtidas em entrevistas com seus representantes e organizadas em várias tabelas – retrata a atual classe dominante quanto a: origem, sexo, idade, estado civil,

ocupação, nível de aceitação, relacionamento social e de envolvimento com a comunidade, padrões de participação na solução de problemas locais e relações entre o setor econômico e a política.

Para melhor compreender esse processo de formação da classe dominante, com suas atuais características, o autor trata de resgatar a história de Juazeiro e Petrolina, desde o povoamento nos idos do século XVI, baseado em pesquisa de fontes documentais, com ênfase nos mecanismos de coesão (relações de sangue, amizade, casamento, pactos) e de divisão do poder (lutas, disputas e divergências entre seus membros) entre as famílias dominantes e dentro delas, nas formas de controle sobre as atividades políticas – tanto eleitorais como administrativas – e nas relações do poder local com o governo central (“estilos de política”), desde o Império até 1971, passando pela República Velha, Revolução de 30, Segunda Guerra Mundial e o Regime Militar.

No capítulo dedicado a Petrolina, há que se destacar a contribuição valiosa do professor Chilcote, ao oferecer aos leitores alguns dados empíricos fundamentais para a análise da classe dominante, tais como: tabela com as preocupações mais importantes, de 1915 a 1970 (exame de editoriais e reportagens); quadro comparativo das oito famílias dominantes, no período compreendido entre 1893 e 1970; e, o mais precioso de todos, o mapeamento dos vínculos entre as três famílias patriarcais que, desde o início do século XX, compõem a estrutura de poder local.

O autor vai, gradativamente, desvendando a percepção que esse grupo de famílias que domina, política e economicamente, as duas cidades tem de si mesmo, traçando o perfil biográ-

fico dos seus principais líderes e apresentando as avaliações dos detentores do poder sobre sua própria participação na sociedade local, regional e nacional. Em síntese, como se vêem (“opiniões, valores e atitudes”) no seu papel social, como classe dominante, perante:

- o governo local – importância dos grupos institucionais (prefeitura, câmara de vereadores, repartições administrativas, partidos políticos, judiciário, polícia);

- os setores produtivos privados – representação nos principais empreendimentos (financeiros, mineração, agricultura, pecuária, comércio e serviços, indústria), bem como delimitação geográfica da área de influência econômica;

- a vida social – tendência para participação em atividades e organizações cívicas, religiosas, profissionais, sindicais, recreativas, de serviço e culturais.

O capítulo dedicado à ideologia, definida “como os valores e crenças de uma comunidade ou grupo” (p. 214), discute a concordância – ou não – dos membros da classe dominante em relação a afirmações sobre democracia, nacionalismo, desenvolvimento, capitalismo, educação, religião, buscando verificar as tendências progressistas/tradicionais e locais/cosmopolitas; bem como o grau de confiança nos níveis de governo e os padrões de tomada de decisão nas famílias. Dois aspectos são aprofundados no decorrer do estudo: desenvolvimento/subdesenvolvimento e participação/mobilização/conflito.

Primeiramente, o sentido do desenvolvimento para os dirigentes de Juazeiro e Petrolina, instiga o professor Chilcote a fazer uma revisão crítica da literatura sobre a teoria de dependência e do subdesenvolvimento, tema ao qual tem se dedicado com especial interesse, relacionando-a

com a experiência passada e atual da região. Em seguida, investiga a compreensão do conceito de democracia participativa, verificando as opiniões sobre direitos/deveres do cidadão, decisões governamentais, participação eleitoral, detendo-se mais demoradamente na questão da violência histórica do sertão, através da percepção dos membros das classes dominantes em relação a cinco casos: Palmares, Canudos, Cangaço, Padre Cícero e conflitos trabalhistas.

Ao final, procura verificar as mudanças ocorridas, mais recentemente (após seu retorno à região, passados dez anos dos primeiros contatos com a área), em especial do ponto de vista dos problemas enfrentados pelas famílias dominantes para manterem sua hegemonia, diante da instalação de empresas privadas e estatais, sobretudo em Petrolina, e da penetração mais intensa do capital comercial e industrial. Analisa a política no passado e no presente, através das eleições municipais de 1972 a 1982, assinalando o processo, ainda que parcial, de renovação de lideranças. Conclui que há evidências de ruptura com a sociedade tradicional, mas que “a transição para o capitalismo, embora em curso, ainda não estava completa” (p. 342), mostrando como a intervenção do Estado na região, amparada em projetos e créditos de organismos internacionais (Sobradinho, Projeto Nordeste, entre outros), tem afetado os padrões até então dominantes.

O livro do professor Ronald Chilcote, pela riqueza de relatos e pelo vasto material documental, é uma referência teórico-metodológica indispensável aos estudiosos da temática do Nordeste, nas suas múltiplas abordagens interdisciplinares de política, economia, história, sociologia,

antropologia. A obra vem preencher uma lacuna importante no conhecimento da sociedade brasileira, que é o estudo da região do semi-árido, por meio de um enorme esforço de pesquisa do concreto, fugindo do risco das generalizações. O tratamento inovador das estruturas de poder local, enfatizando a visão de mundo das classes dominantes, revela alguns segredos sobre as famílias que compõem a elite nordestina.

O leitor atento, certamente, encontrará limitações – mais da comentarista do que o autor – que esperamos se transformem em curiosidade intelectual para aprofundamento crítico das idéias aqui apresentadas.

MÃOS DE MESTRE

de Sylvia Porto Alegre

Mãos de Mestre: itinerários da arte e da tradição.

São Paulo, Editora Maltese, 1994. 155 p.

POR MARTINE KUNZ

Professora do Departamento de Letras Estrangeiras da UFC

O belo livro de Sylvia Porto Alegre delinea com rigor e sensibilidade o universo dos artistas populares no Nordeste, “um segmento sem rosto e sem nome, que em nosso país nem sequer faz parte dos cadastros profissionais e das estatísticas oficiais: o das outrora denominadas artes e ofícios, que hoje costumam ser rotuladas de arte e artesanato popular”.

Arte, artesanato? Artista, artesão, arte popular? Um termo se perde nos confins do outro; nem sempre é possível resolver as hesitações semânticas. Os termos evoluíram, já foram mais próxi-

mos em outras épocas, distanciaram-se, perderam de vista o laço de parentesco, se deram as costas até. Essas mudanças de significado foram acompanhadas de juízos de valor diferenciados, reveladores de outras modificações relativas à integração social de artesãos e suas relações com o mercado circundante.

A autora toma o cuidado de identificar e delimitar os conceitos a serem utilizados. Esse embasamento teórico nos oferece palavras-ferramentas a serviço de um compreensão segura. Nada de hermético, a clareza do texto favorece o prazer da leitura sem desmerecer a profundidade da pesquisa.

Uma pesquisa rica em descrições e observações. O olhar do pesquisador é privilegiado. Quando citadas, as teorias estimulam a reflexão, não se tornam camisas-de-força de uma realidade domada. A batalha é outra.

O “chão concreto” das investigações e análises da autora é o material colhido ao longo dos anos de convivência com os artesãos do Ceará. Os depoimentos e histórias de vida dos entrevistados constituem a base da sua reflexão. A tese de doutorado apresentada em 1988 fornece outro sustentáculo. Em *Arte e ofício de artesão. Histórias e trajetórias de um meio de sobrevivência*, a antropóloga procura “recuperar a trajetória de um antigo meio de sobrevivência das populações pobres, que ainda permanece ativo, tanto nas cidades como no campo”.

Essas duas fontes nos lembram a história longínqua do artista popular e enriquecem a reflexão sobre a condição do artista e do artesão hoje. “Nada mudou e tudo mudou”, constata a autora. A partir da “vista de dentro” da concepção e execução da obra e dos valores a ela atribuídos, seguin-